

Área Temática: ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

**Empreendimentos Sociais do Terceiro Setor Brasileiro: Desafios e Ações
Empreendedoras**

AUTORES

FERNANDO FERREIRA

Universidade Presbiteriana Mackenzie

fernando.ferreira@evhex.com

VÂNIA MARIA JORGE NASSIF

Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP

vania.nassif@uol.com.br

GABRIEL COLAS

Universidade Presbiteriana Mackenzie

gcolas@bol.com.br

HENRIQUE RODRIGUES

Universidade Presbiteriana Mackenzie

henrique@duplor.com.br

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar as similaridades e especificidades entre modelos de empreendimentos sociais, denominados nesta pesquisa de assistencialistas e sustentáveis, e suas relações com a redução da Exclusão Social. Para tanto, foi eleito o Programa Bolsa Família como Empreendimento Social Assistencialista e o Projeto Arrastão foi eleito como Empreendimento Social Sustentável. A pesquisa realizada é de natureza exploratória, qualitativa e instrumento de coleta de dados a entrevistas com roteiro semi-estruturado. Utilizou-se também um formulário com definições operacionais para padronizar o entendimento dos participantes da pesquisa acerca das definições, objeto de estudo dessa pesquisa, além de uma pesquisa secundária documental. Os dados, depois de transcritos, foram tratados por meio da análise de conteúdo e os resultados demonstram que há uma complementaridade entre os modelos assistencialista e sustentável e essa somatória de ações pode propiciar uma redução mais expressiva dos níveis de exclusão social. Observou-se também, levando em consideração os limites das amostras pesquisadas, que o foco dos empreendimentos é diversificado: o assistencialista atua de forma corretiva, enquanto o sustentável, de forma preventiva, porém, ambos, têm função e um papel preponderante na resolução de problemas sociais e problemas sociais potenciais.

Palavras-chave:

Empreendimento social assistencialista. Empreendimento social sustentável. Exclusão social.

ABSTRACT

This essay's objective is to identify the similarities and specifications among social action models designated here as relief-oriented and development-oriented actions and its relations with social exclusion reduction. For the achievement of such purpose the *Bolsa Família* welfare has been chosen as an example of relief-oriented welfare and the *Arrastão Project* has been chosen as an example of development-oriented action. The research's purposes are exploratory and of specific aims and it was organized in semi-structured interviews as a mean to collect data. It also has used a form with operational definitions to standardize the participants' comprehension about the definitions selected by this research besides a secondary documentation. After transcription, data was treated by content analysis and the outcome showed a complementary function between the two social actions models and this actions sum may help a more significant reduction of social exclusion levels. Considering the samples limitations it was also observed that the social actions models have varied aims: the relief-oriented actions work as correction, meanwhile the development-oriented actions work as preventive, although both have predominant functions and roles in the solution of actual and potential social problems.

Key words:

Social entrepreneurship relief-oriented. Social Entrepreneurship development-oriented. Social exclusion.

Empreendimentos Sociais do Terceiro Setor Brasileiro: Desafios e Ações Empreendedoras

Introdução: O problema da exclusão social tem sido alvo de atenção de um grande número de instituições públicas, privadas e não governamentais, além de estudiosos científicos, políticos e jornalistas. Apesar da velocidade com que, no mundo atual, surgem inovações, desenvolvimentos tecnológicos e evoluem progressivamente o saber e as ciências humanas e sociais, países em desenvolvimento e também os desenvolvidos convivem diariamente com problemas de ordem social que afligem uma grande parcela da população. Neste cenário, surgem os empreendimentos sociais, responsáveis por ações com propósito de reduzir ou eliminar os problemas como uma resposta da sociedade a essa realidade paradoxal de crescimento econômico e desigualdades extremas. Para sistematizar a abordagem de investigação neste trabalho, o conjunto de ações empreendedoras relacionadas a questões sociais foi dividido em dois subgrupos fundamentais denominados Empreendimento Social Assistencialista e Empreendimento Social Sustentável. O primeiro compreendeu ações empreendedoras cujo foco é o fornecimento direto de bens ou a transferência direta de capital às pessoas, grupos ou comunidades. O Programa Bolsa Família do Governo Federal enquadrou-se nos critérios desta classe de empreendimento. O modelo de Empreendimento Social Sustentável foi caracterizado pela capacidade natural de suporte (recursos naturais existentes) e a capacidade de sustentação (atividades sociais, políticas, econômicas geradas pela própria sociedade em seu próprio benefício). A formulação do termo Empreendimento Social Sustentável também foi apropriadamente desenvolvida neste estudo. Enquadrou-se, neste perfil de empreendimento, o Projeto Arrastão. Trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, enquadrados no Conselho Nacional de Assistência Social como instituto filantrópico, cuja existência está relacionada com a realização de trabalhos sociais de cunho educacional – educação infantil, denominado anteriormente por “creche” e educação complementar –, cultural e artístico, com sede em São Paulo. Para tanto, esta pesquisa teve por objetivo identificar a existência de similaridades e especificidades entre empreendedorismo social assistencialista e empreendedorismo sustentável e se há redução dos níveis de exclusão social em função da adoção desses modelos. Foram analisadas as características principais desses empreendimentos sociais: seus objetivos, públicos-alvo, benefícios à população assistida com a finalidade de identificar uma possível relação de seus fundamentos com a questão da exclusão social, ou seja, se existem natural e determinadamente nesses projetos, interesses relacionados com a redução dos índices de exclusão social. Buscou-se, outrossim, estudar o efeito direto, em aspectos teóricos e práticos, dessas distintas naturezas de trabalho social, na realidade social dos seus favorecidos.

Problema de Pesquisa - *Existem relações entre os modelos de Empreendimento Social Sustentável e Empreendimento Social Assistencialista e há redução dos níveis de Exclusão Social em função desses empreendimentos?*

Objetivos - Buscou-se essa identificação para se averiguar as similaridades e especificidades desses projetos e se o objeto e os esforços destes estariam voltados à redução dos níveis de Exclusão Social. Esta pesquisa foi desenvolvida com as finalidades de municiar formuladores de políticas públicas e sociais assim como estudiosos com elementos objetivos e científicos para facilitação de análise desses modelos de empreendimentos sociais e suas relações com a Exclusão Social.

Referencial Teórico

Exclusão social - O conceito de exclusão social é objeto de muitas discussões, principalmente nos âmbitos político e acadêmico e tem ganhado força neste último, tanto em função do “modismo” a que se submeteu nos meios de comunicação quanto, e, sobretudo, “em função

da intensidade como o processo de exclusão se apresenta na sociedade atual” (Caldeira, 2005, p.2). Oliveira (1997) ressalta que a problemática da exclusão já não constitui privilégio das nações periféricas e que este fenômeno, já há algum tempo, atinge os países ricos. Santos (2001) afirma que “a abrangência da exclusão social no âmbito internacional, está tomando enormes proporções, o que a torna algo ‘disfuncional’ ao sistema” (p.171). Caldeira (2005) afirma que no livro de René Lenoir denominado *Lês Exclus* deu-se o marco do nascimento do conceito ‘exclusão social’, publicado na França em 1974. Nas pesquisas de nível nacional, destacam-se referências aos autores Oliveira (1997) e Martins (1997) e para ambos, existem equívocos na utilização indiscriminada da aplicação do termo, ocasionando uma “diluição retórica de sua especificidade” (Oliveira, 1997, p.39). O autor alerta que os segmentos sociais mais diversos caracterizados por uma posição de desvantagem e identificados por uma pertinência étnica (negros ou índios), comportamental (homossexuais, góticos) ou outra qualquer como no caso dos deficientes físicos seriam mais propriamente denominados “minorias”, embora por outras razões, julga, também poderiam ser classificados por “excluídos”. O autor afirma ainda haver contra-senso em classificações sem critérios, exemplificando o caso de deficientes físicos em posição de conforto econômico e de moradores de rua, ambos rotulados por socialmente excluídos (1997). Martins (1997) alerta para o fato de o conceito exclusão (inconceituável, vago, impróprio e indefinido) pretender substituir a idéia sociológica de “processos de exclusão”, atribuindo-se mecanicamente todos os problemas sociais e distorcendo a questão que se pretende explicar. Assevera que, quando a exclusão é concebida como um estado “fixo, fatal e incorrigível” e não como expressão de contradição do desenvolvimento da sociedade capitalista, a exclusão “cairia sobre o destino dos pobres como uma condenação irremediável” (p. 14). Alerta que, a partir da exclusão, não se lutaria por transformações sociais, mas “em favor das relações sociais existentes, mas inacessível a uma parte da sociedade” e que, discutindo-se a exclusão, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e até indecentes de inclusão que dispomos ou fornecemos de alguma maneira (1997, p. 21). Para Oliveira (1997), dever-se-ia denominar excluídos aqueles que assim foram chamados em primeiro lugar. Ainda segundo o autor, no Brasil eles seriam “os moradores e meninos de rua, os desempregados das favelas e periferias muitos convertidos em ‘flanelinhas’ e mesmo em delinquentes e catadores de lixo, pois, mais do que pobres, eles seriam o mais próximo do que denominamos miseráveis (Oliveira, 1997, p. 39). Ponto interessante é que Oliveira considera que as conseqüências oriundas do desemprego e do subemprego são as principais causas do processo de exclusão. Ressalta, porém, que no Brasil, dada sua convivência histórica com modelos informais de trabalho realizados por uma “massa importante de mão-de-obra desqualificada” o sentido de Exclusão estaria comprometido. Isto porque o processo de emprego clássico ainda possui um caráter bastante problemático, fato que, no mínimo, prejudicaria afirmar que o grupo de trabalhadores enraizados nos processos informais de trabalho poderiam se chamar “excluídos”, pois que afirmaria o processo de exclusão como permanente na história do país (Oliveira, 1997, p.41). Desse diálogo inter-autores, pode-se concluir que existe uma aparente e comum dificuldade na definição de Exclusão Social, mas que se poderia direcionar o empenho de pesquisa na identificação de grupos desprovidos de empregos e empregos formais, sobretudo moradores de áreas irregulares, favelas, desprovidos de educação básica, fundamental, média e profissional, desprovidos de condições normais de provimento dos recursos necessários à manutenção adequada de seus lares.

Empreendedorismo social - O empreendedorismo social se apresenta como um conceito em desenvolvimento, mas com características teóricas, metodológicas e estratégicas próprias. A bibliografia sobre o tema provoca certa confusão entre alguns termos, que apesar de parecerem semelhantes nas palavras, são bem diferentes no significado como, por exemplo, empreendedorismo privado e responsabilidade social. Segundo Hudson (1999) existe uma

característica comum aos empreendimentos de cunho social, “são orientados por valores: são criados e mantidos por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam elas mesmas tomar providências nesse sentido” (p.11). Empreendedorismo empresarial, por outro lado, tem “caráter individual, seu foco é no mercado, na produção de bens e serviços, buscando sempre o lucro nos negócios” (Melo Neto & Froes, 2002, p.11). Segundo Oliveira (2004), empreendedorismo social não é uma profissão, “pois não é legalmente constituída, não havendo formação universitária ou técnica, nem conselho regulador e código de ética profissional legalizado” (p.12-13); não é também uma organização social que produz e gera receitas, a partir da venda de produtos e serviços e, muito menos, é representado por um empresário que investe no campo social, o que está mais próximo da responsabilidade social empresarial, ou, quando muito, da filantropia e da caridade empresarial, que já se mostraram inadequadas, não somente para os ajudados, mas também para os negócios e para a sociedade. Para o autor, é possível distinguir dois tipos de organizações que disseminam o conceito e a prática do empreendedorismo social. Uma opera como sustentadora, capacitadora e divulgadora, como no caso da Ashoka, que tem origem americana, mantendo escritórios em diversos países, inclusive no Brasil, e da Foud Schwab, na Suíça. Além de recrutarem e manterem por algum tempo o sustento pessoal e técnico do empreendedor social, abrem espaços e ações de disseminação teórica, atuando em um nível estratégico e tático. Um segundo tipo de organização é o que opera na intervenção local em um nível operacional, executando e aprimorando os conhecimentos técnicos de gestão e inovação no campo social (Oliveira, 2004). Como afirmam Melo Neto e Froes (2001), os empreendedores sociais são “pragmáticos responsáveis”, isto é, não despendem tempo em grandes e infundáveis elucubrações teorizantes, que servem mais para o prazer e ego acadêmicos do que para serem úteis à sociedade em si. Ferreira (2006), em conferência de Empreendedorismo Social diz o que está em causa é a inovação centrando-se na identificação de novas soluções para a resolução de problemas sociais, freqüentemente associados a transformações sistêmicas: os empreendedores sociais tendem a atuar em situações de grande complexidade no contexto de um ambiente crescente e exigente que põe em causa as formas de atuação tradicional e mesmo o papel que os administradores de organizações do terceiro setor possuíam (p. 3). Nesse sentido, Oliveira (2004) trata o empreendedorismo social como uma ação inovadora voltada para o campo social, cujo processo se inicia com a observação de determinada situação-problema local, para a qual se procura, em seguida, elaborar uma alternativa de enfrentamento, tal como um novo paradigma de intervenção social, pois apresenta um novo olhar e leitura da relação e integração entre os vários atores e segmentos da sociedade. Trata como um processo de gestão social, pois apresenta uma cadeia sucessiva e ordenada de ações. Assim, ele resume em três fases: - concepção da idéia; - institucionalização e maturação da idéia e multiplicação da idéia. (p.16). Segundo o autor essa evolução se assemelha ao processo da metamorfose da lagarta, que entra no casulo e sai borboleta. Também como uma arte e uma ciência, como uma nova tecnologia social e como um indutor de auto-organização social. Melo Neto e Froes (2001) dizem que o processo de empreendedorismo social exige, principalmente, o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado - modelo de parcerias, tendo como principal objetivo retirar pessoas da situação de risco social, cujo objetivo a ser alcançado é a solução a curto, médio e longo prazo, buscando propiciar-lhes plena inclusão social. Em suma, empreendedorismo social aparece como que diretamente relacionado à sustentabilidade, mas também se apresenta uma nova forma de relação entre os vários atores da sociedade, onde, inclusos, estão à população e as organizações de todas as espécies, pública, privada e não governamental. Os empreendedores sociais realizam trabalhos visando benefícios sociais e estariam engajados em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários.

Sustentabilidade e comunidades sustentáveis - Um novo paradigma de desenvolvimento deve permitir uma profunda revisão das práticas atuais de incorporação do patrimônio natural, por meio de novas formas de organização social e de novos padrões de produção e consumo, segundo Guimarães (1992). Esse novo paradigma, denominado desenvolvimento sustentável (DS), foi formalmente concebido em 1986 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apelidada de Comissão Brundtland, por meio da publicação “Nosso Futuro Comum”. O conceito de DS tenta incorporar o componente ambiental ao conceito de desenvolvimento o que, para Fortes (1992), representa uma nova ordem econômica, social e ecológica, indo muito além da preocupação com o combate a poluição no presente: é o processo pelo qual as necessidades das populações atuais devem ser satisfeitas sem comprometer nem pôr em risco os direitos humanos das gerações futuras. Para que seja adotado como novo paradigma, o DS deve ser consequência de um esforço conjunto de âmbito político, econômico e social, e nunca responsabilidade unilateral de qualquer um deles. É fato e explícito a necessidade de se entender o conceito das redes sociais, como também o capital social para a compreensão do desenvolvimento sustentável. Para Jacobs (2002), a palavra chave é rede, redes sociais: aglomerado de pessoas de natureza cooperativa. Pessoas que se reúnem periodicamente para discutir e propor soluções para os problemas que afetam seus bairros, distritos e localidades. Tal esforço coletivo e cooperativo faz surgir o “capital social” daquela comunidade. Bresser (2002, p.123) pontua que capital social é o conjunto de instituições intermediárias, suas ações empreendedoras, suas práticas associativas, o senso de responsabilidade social de seus atores, a prática de cidadania, o nível de confiança entre as pessoas, e a crença no objetivo comum da equidade e justiça social. Putnam (1996, p.177) define capital social de uma comunidade como a reserva de cooperação voluntária, regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica e diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. À medida que as redes se multiplicam e os laços de cooperação e solidariedade social se fortalecem, a cidade torna-se viva, de acordo com a tipologia de Jacobs (2000). As cidades vivas têm em seus habitantes o motor do seu próprio desenvolvimento. Atuando em redes sociais, os atores do desenvolvimento urbano agem de forma empreendedora. Nas cidades mortas, não existe cooperação. As organizações criadas são autoritárias e seus padrões são verticais, onde prevalecem as relações de subordinação hierárquica e a cultura do mandonismo. Para o modelo de desenvolvimento sustentável, Kisil (1997, p.131) definiu os pré-requisitos de um processo de desenvolvimento sustentável: participação dos cidadãos; essa participação exige a conformação de organizações sociais que são responsáveis e receptivas aos seus membros; a variedade de interesses e necessidades de cada sociedade, ou de cada comunidade, exige uma variedade de organizações; uma forma particular de colaboração entre essas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, e isto dependerá da experiência local específica, das tarefas a serem realizadas e do meio ambiente político-administrativo-econômico. Para Furtado (1999), é impossível falar de empreendedorismo social sem levar em conta o conceito de sustentabilidade, para ele é o mesmo que estudar sociedades sem pensar e analisar o comportamento das pessoas e conhecer as raízes da cultura local. Diz que uma sociedade só se transforma se tiver capacidade para improvisar, inovar, enfrentar seus problemas da maneira mais prática possível, mas numa perspectiva racional. É, portanto, uma sociedade com capacidade para encontrar e realizar novas alternativas para promover o seu próprio desenvolvimento. Ainda para Furtado, as sociedades sustentáveis caracterizam-se por um elevado investimento no fator humano (alimentação, saúde, educação, capacitação profissional, empregabilidade), sem tendência à alta concentração de riqueza e renda. Sociedades sustentáveis são coletividades onde o consumismo é substituído pelo crescente montante de recursos destinados à inserção e ao re-investimento na própria comunidade. E

onde existe uma vontade política forte e direcionada para o desenvolvimento auto-sustentável do local e da região, e cujo resultado final é o bem estar social.

Assistencialismo - Higa (2006), diz que a prática do assistencialismo existe para sanar problemas imediatos. Segundo ele suas ações não são duradouras e os resultados são apenas momentâneos. Afirma que quando uma família precisa de uma cesta básica ou remédio e recebe doação é apenas para sanar o momento da dificuldade e não para sanar problema como um todo. Bovo (2007, p.1) comenta que embora os programas assistencialistas, como o bolsa-família, se caracterizem, entre outras coisas, por melhorar o nível de renda da população, eles não representam uma alternativa viável em longo prazo. Além disso, ele cita: “agora, bem ou mal, esses programas assistencialistas, como o Bolsa-Família, são uma forma de melhorar o nível de renda de muitas pessoas que talvez não consigam, em curto prazo, encontrar um emprego decente, uma forma de inclusão social.” Ou seja, a falta da inclusão social das pessoas na sociedade se caracteriza para o surgimento da necessidade de elas serem assistencializadas pelo governo resolvendo o problema à curto prazo. Waihrich (2007) fala sobre o assistencialismo em seu mito governamental. Segundo ele, não só no governo central, mas também no estadual e municipal, vem tentado, por meio de vários programas sociais a eliminação da fome, da pobreza e da miséria de maneira geral e que os programas criados pelos governos, procuram minimizar os efeitos do desemprego e da defasagem salarial em face da patente e notória inflação. Afirma que os assistencialismos vêm das três funções básicas do Estado que são saúde, educação e segurança, pois segundo o autor são os elementos mínimos e essenciais à sua preservação, e para a inclusão social das pessoas e sanar a miséria do povo. Observou ainda que, várias políticas assistencialistas vêm sendo usadas como cabo eleitoral para campanhas políticas e não para sanar os problemas da pobreza na população como deveria ser. O autor diz que assistência é dar ao trabalhador condições de suprir necessidades impossíveis de previsão e, portanto, de se criarem instrumentos capazes de as impedirem. Deste modo, diverge substancialmente de assistencialismo, que é dar ao que não trabalha meios de sustentação. Fica claro, assim para o autor, que o que se deve dar à pessoa humana é dignidade, e esta, por meio do trabalho. Ele entende que se deve ter em mente que salário é espécie de renda, renda gera consumo, consumo gera aumento de produtividade e aumento de produtividade é sinônimo de aumento de riqueza. É patente, então, que emprego e empreendedorismo são necessários à prosperidade estatal e da população.

Procedimentos Metodológicos - A pesquisa teve abordagem qualitativa e o caráter do estudo exploratório para estudar as características dos modelos de empreendimentos sociais e suas possíveis relações entre si e para descobrir, respectivamente, as relações desses modelos de empreendimentos sociais com a exclusão social. Por ser pesquisa de campo exploratória, o estudo não visa à confirmação de hipótese, mas, sobretudo, aprofundar os conhecimentos acerca do objeto do estudo com o intuito de servir de base para formulação de hipóteses e geração de novas pesquisas. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a entrevista com um roteiro semi-estruturado. Acompanhando as entrevistas com as famílias beneficiadas pelos programas, foram também utilizados dois formulários (máscaras) contendo definições de exclusão social e assistencialismo e sustentabilidade, respectivamente, com o intuito de obter os mesmos entendimentos nas diferentes populações alvo. Fez parte da coleta de dados uma pesquisa secundária documental, extraída de sites institucionais de órgãos responsáveis em estudo. A pesquisa valeu-se de amostra não-probabilística, de conveniência, cujos empreendimentos sociais assistencialistas e empreendimentos sociais sustentáveis, públicos e privados foram considerados como a população-alvo. Os respondentes da pesquisa foram pessoas atuantes no Projeto Arrastão (Empreendimento Social Sustentável) sendo dois gestores e uma assistente do programa, visando obter acesso às informações da instituição. O estudo realizou ainda entrevistas junto a nove famílias integrantes do Projeto Arrastão e sete

famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família. As entrevistas junto aos gestores do Projeto Arrastão foram realizadas na sede da instituição. Quanto às famílias entrevistadas, foi eleita a zona oeste do Estado de São Paulo. Vale ressaltar que tanto os entrevistados do Programa Arrastão, bem como as famílias respondentes da pesquisa, autorizaram formalmente a divulgação dos resultados, além de ter sido garantido o anonimato dos entrevistados.

Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977) que consiste em uma técnica aplicável a discursos diversos e a todos os tipos de comunicação. Dada a natureza qualitativa do estudo, optou-se por uma análise temática cujo foco está na descoberta de “núcleos de sentido” que compõe a comunicação (Bardin, op.cit.). Assim, não houve preocupação em enumerar os registros, mas compreender esses núcleos e os modelos de empreendimentos sociais e as possíveis relações entre si.

Análise e Interpretações dos Resultados

Empreendimento Social Sustentável - Projeto Arrastão

O projeto arrastão tem como missão, segundo pesquisa documental, formar cidadãos capazes de transformar a realidade e o meio em que vivem, visando à ampliação de sua capacidade e conhecimento com o intuito de possibilitar o ensino e aprendizagem, sobretudo de cidadania, com vistas geração de renda. Apóia o cidadão nas áreas pedagógica, social e cultural.

Pesquisa de campo - Os textos abaixo sintetizam manifestações e experiências de três gestores com distintos papéis e nove famílias integradas ao projeto Arrastão.

Coordenador geral - As questões dirigidas ao coordenador do projeto foram abrangentes procurando entender se o Projeto foi criado e está sendo mantido com preocupações relacionadas à exclusão social e se haviam de fato evidências de que essa possível preocupação estaria gerando os benefícios esperados, a inclusão social. O projeto, segundo o entrevistado, completou 40 anos em 2008 e nesse período de existência, “*é possível observar melhoras nos níveis de exclusão social da região*”. Não possui estudos estatísticos sobre o desenvolvimento regional. Anteriormente, o projeto realizava trabalhos assistenciais, mas com o amadurecimento do grupo os trabalhos foram evoluindo no decorrer dos anos de forma a aumentar a “*influência e amplitude*” de suas ações. Atualmente procuram trabalhar no desenvolvimento da comunidade e da sociedade. O conceito de sustentabilidade, para o entrevistado, vem sofrendo evoluções, e hoje está mais atrelado a trabalhos de multi-cooperação entre os poderes públicos, mais precisamente o Estado, o setor privado e a população, ou seja, seria um “*mediador entre os dois setores e a população, auxiliando-a e representando seus interesses políticos, sociais e econômicos*”. Diz ser necessário envolver a população como fator decisivo de melhoria contínua do quadro social, denominando esse grupo atuante de rede. Descreveu que nas favelas existem talentos e potenciais não explorados e que esse tipo de iniciativa faria manifestá-los em prol de suas próprias necessidades. Pontua que os entraves de trabalho social dessa natureza são dois: “*a população em geral aceitar que o problema social é de sua responsabilidade e não somente de quem sofre alguma forma de exclusão e, assim, atuar para melhorar este quadro; e vontade/ dificuldade público-privada em atuar de maneira ágil na solução dos problemas sociais detectados [...] a população residente em áreas livres querem ser vistas como pessoas dotadas de dignidade*”.

Um dos critérios para atender as crianças do projeto é estarem matriculadas em escolas públicas. Informou que são crianças de uma “*região de risco*”, mas não pegam crianças no farol pedindo esmolas e inserem no projeto, pois isso só alimenta o sistema “*você tira uma hoje, amanhã tem outra*”. Diz que educação econômica para a população carente é fator imprescindível para a sustentabilidade e é vista hoje, mundialmente, como “*fator de sucesso para o desenvolvimento econômico de um país o sucesso econômico é o desejo das nações na atualidade*”. Informou que o Governo atual por meio do Projeto Bolsa Família contribui com as classes menos favorecidas, mas que, no entanto, sem a educação econômica a medida é

paliativa. Ressaltou que existe uma preocupação do Projeto não cair no conceito assistencial. Ajudar, para o entrevistado, pressuporia a existência de um fraco, que seria o ajudado e um forte que seria quem o ajudaria. Daí surgiria o conceito do esforço conjunto, pois o problema não seria visto como o problema do menos favorecido que precisaria ser ajudado, mais sim um problema que o sistema deveria tratar. Pontuou que *“todos sofrem com a existência de grupos excluídos e com suas conseqüências, que seria a violência, a criminalidade e até a própria existência do excluído que geraria um paradoxo indesejável aos mais ricos. O esforço multilateral é eficaz para se combater os problemas sociais”*. Informou o Projeto Arrastão tende a praticar mais intensamente esse tipo de atuação.

Assistente do núcleo de comunicação - Pontua que o projeto arrastão tem por objetivo promover a inclusão social com um diferencial explícito que é *“ensinar a pescar sem dar o peixe”*. Segundo a entrevistada, *“eles não ensinam o jovem a pedir, mas ensinam o jovem a trabalhar para conseguir o que ele quer”*. Quando questionada a respeito de Programas Assistencialistas, respondeu: *“não gosto dessa questão de assistencialismo, porque eu acho que cria pessoas acomodadas”* [...] *“é lógico que tem pessoas que realmente não tem condições de trabalhar, por dificuldades motoras e algumas outras coisas que são casos atípicos, assim, mas eu acho que o assistencialismo cria nessas pessoas isso... (acomodamento) Se o governo me dá e uma instituição me dá dinheiro porque eu vou trabalhar?”*. Isso, segundo a entrevistada, geraria dependência do assistido com a assistência. Quando questionada sobre se Empreendimentos Sociais Sustentáveis também não gerariam alguma forma de dependência afirmou: *“Se o governo dá um dinheiro para o jovem e fala: ‘oh, esse dinheiro é para você estudar...’ ele não vai estudar porque ele não tem motivação, não tem incentivo. Agora a instituição que trabalha com sustentabilidade, ela não trabalha só a qualificação profissional, ela trabalha a cabeça do jovem para que ele veja como é importante isso...”*.

Coordenadora do núcleo de comunicação - Para a coordenadora de comunicação *“os projetos assistencialistas têm a sua utilidade, mas sozinhos não bastam. Muitas vezes existe uma condição em que você precisa mesmo dar algo antes de capacitar (como a comida, por exemplo), porque senão a pessoa atendida pode nem ter como tentar melhorar sua vida...Mas não basta só alimentar, porque o indivíduo que só recebe ajuda acaba não aprendendo a obter as coisas de forma ativa, com sua própria dedicação. É preciso capacitá-lo para que ele possa conseguir as coisas por si mesmo”*. Disse ainda que o fato de ter participado do projeto fortaleceu sua crença e abriu os olhos para diversas possibilidades que antes não enxergava: *“[...] como os cursos que nós temos aqui. Quando nós somos leigos e pensamos em capacitação para jovens da periferia, pensamos em serviços comuns, como elétrica, hidráulica, serviços gerais, escritório. Porque não pensamos que eles podem ser jornalistas, atores ou grandes chefes de cozinha?”* Disse que aprendeu a não subestimar *“a força que essas pessoas têm de buscar os seus sonhos”*.

Famílias Entrevistadas - Serão preservadas as identidades das famílias e serão denominadas **“Grupo Familiar A”**, precedido de um número seqüencial que não obedece, necessariamente, a ordem da realização das entrevistas. A letra A visa identificá-los como integrantes do Programa Arrastão. O texto descreve a composição do grupo familiar e depois apresenta a situação sócio-econômica.

Composição e situação sócio-econômica do grupo familiar

O **Grupo Familiar A 1** é formado pela entrevistada, uma filha de 2 anos e seu marido, na mesma residência mora o cunhado. O marido tem trabalho registrado e o cunhado tem trabalho informal. A entrevistada esta desempregada, sua última experiência profissional foi com trabalhos artesanais, mas quando há oportunidade, realiza trabalhos esporádicos. Acredita que há falta de oportunidades de mercado com carteira registrada; estudou até a

sétima série e não teve condições de continuar. Moram em casa alugada e a renda familiar, incluindo a contribuição do cunhado é na média de R\$800,00 (oitocentos reais) por mês.

O **Grupo Familiar A 2** é formado pelo entrevistado, um filho de 5 anos e sua esposa. Só a esposa está trabalhando. O mesmo está desempregado e acredita que seja em razão da falta de estudo. Cursa o supletivo, tem experiência registrada como função de almoxarife em empresa automobilística. Sua esposa tem ensino médio completo, moram em casa própria e a renda da família é de R\$1.200,00. Seu filho participa das atividades oferecidas pelo Projeto Arrastão.

O **Grupo Familiar A 3** é formado pela entrevistada, duas filhas, 12 e 5 anos e seu marido. A filha mais nova participa do Projeto e a de doze anos estuda em escola pública. A entrevistada faz parte do grupo de mães do Projeto Arrastão e trabalha no ateliê com corte e costura de acessórios. Seu último trabalho com registro faz doze anos, como atendente de lanchonete. Trabalhar no Programa aproxima da filha. Seu marido trabalha na produção de uma fábrica e a renda familiar é de R\$1.500,00 por mês. A família mora em apartamento alugado (arrendamento pela Caixa) e ambos (marido e entrevistada) concluíram o ensino médio.

O **Grupo Familiar A 4** é formado pela entrevistada, um filho de 3 anos seu marido. Seu marido está trabalhando como cobrador. Com o trabalho do marido a renda da família é de R\$ 1.200,00 por mês. Moram em área livre e o casal tem ensino médio. Seu filho participa do Projeto Arrastão e a entrevistada atua no Projeto Arrastão denominado “Cor-Arrasta”. Contam com a ajuda do pessoal da própria comunidade, prefeitura e voluntários resolveram o problema sério de esgoto na região.

O **Grupo Familiar A 5** é formado pela entrevistada, três filhas, 13, 10 e 4 anos, um filho de 8 e o marido. A filha de quatro anos de idade está no Projeto Arrastão (educação infantil) e as outras crianças estão estudando em escola pública. A entrevistada está desempregada, seu marido trabalha como motorista de lotação sem registro e diz que ele trabalha em média três dias por semana, e recebe por dia de trabalho o valor de R\$60,00. Não é fixo. Pontua que sempre trabalhou com registro, mas ficou difícil conciliar horários com o tempo destinado à família. Seu marido concluiu o ensino médio e a entrevistada parou com os estudos na sexta série. A família mora em casa alugada há quatro anos.

O **Grupo Familiar A 6** é constituído pelo casal e uma filha. A entrevistada não estudou para ajudar sua mãe com nove filhos; vendia objetos no farol. Seu marido parou na sexta série e acredita que a falta de estudo interfere na oportunidade de trabalho. Sua filha participa do Projeto Arrastão há dois anos. A família mora em casa alugada tem renda de R\$600,00.

O **Grupo Familiar A 7** é formado pela entrevistada, uma filha de 13 anos e um filho de 4 anos. O pai das crianças não mora com a entrevistada. Atualmente esta desempregada, e faz alguns trabalhos sem registro. Sua renda mensal é de R\$580,00. Acredita que a falta de experiência é sua maior dificuldade para conseguir um emprego. Considera que o estudo é importante também. Tem ensino médio e mora em casa alugada com seus dois filhos. O mais novo esta estudando na pré-escola e a filha mais velha estuda em escola pública e realiza atividades extras no Projeto Arrastão.

O **Grupo Familiar A 8** é constituído por quatro pessoas, dois filhos e o casal. Contam com ajuda da sogra, sogro e cunhado que moram perto. O marido está desempregado há um ano e trabalha quando há oportunidade, mas sem registro. Trabalhava como manobrista, mas encontra muita dificuldade para um novo emprego por ser devedor no mercado. A entrevistada está cursando o segundo colegial. A renda é em média de R\$250,00, além da contribuição da sogra, sogro e do cunhado. Apesar de dizer que a situação sócia econômica ser precária acredita que seus filhos, terão outras oportunidades.

O **Grupo Familiar A 9** é constituído pela entrevistada, seu marido e três filhos, de 9, 7 e 6 anos. Todos participam do Projeto Arrastão e a filha mais nova está na pré-escola. Faz parte do núcleo de moda do Projeto Arrastão, na produção Teve oportunidade de expor os artigos confeccionados numa TV universitária e em outros programas, sempre acompanhada por um professor. Não possui salário fixo e a renda varia de acordo com a produção o torna-se difícil, em função dos compromissos e passa

dificuldades. Seu marido é manobrista, com salário de R\$600,00. Parte da produção do núcleo de modas é produzida na casa das integrantes e se encontram no Projeto Arrastão para discutir projetos em andamento. É voluntária no Projeto e aguarda vaga para seus filhos.

Empreendimento Social Assistencialista - Bolsa Família

O programa Bolsa Família tem por premissa que, com o cumprimento das suas condicionalidades e pré-requisitos, terá impacto positivo na redução da pobreza ao garantir aos membros das famílias beneficiadas melhores condições de saúde e aumento do nível de escolaridade assim como habilidades e competências para o trabalho e a cidadania.

O Programa caracterizou-se por um benefício de remuneração financeira, no qual o participante beneficiado recebe dinheiro, quantia pré-estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome que interam valores definidos. Para garantir que o critério de qualificação não seja burlado ou fraudado, o Governo Federal definiu a implementação descentralizada do programa de modo que a gestão e a operacionalização do programa dependem da coordenação não só entre setores dentro de um nível de governo, mas entre seus vários níveis governamentais – União, Estados e Municípios. Seu objetivo é contribuir para a melhoria de a situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

Pesquisa de campo - As narrativas com as famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família buscaram entender a situação sócio-econômica, características, a utilização dos valores recebidos e seus respectivos graus de conhecimento do assunto e também exclusão social, sustentabilidade e assistencialismo. Das 7 famílias entrevistadas, 4 ocorreram de forma descontraída em casas humildes. Uma entrevista foi realizada em área livre dada a aparente periculosidade do local e precariedade da residência da assistida. O parceiro da mulher, ex-presidiário, ao chegar durante a entrevista, demonstrou aparente transtorno, dificultando o andamento da mesma. Outras duas entrevistas ocorreram, também, em área livre em função de percepção errônea, considerando que os pesquisadores faziam parte de órgãos públicos fiscalizadores. Desse grupo, apenas um pessoa recebia um benefício diverso do Programa Bolsa Família - Programa Renda Cidadão.

Famílias Entrevistadas

Serão preservadas as identidades das famílias e serão denominadas “**Grupo Familiar B**”, precedido de um número seqüencial que não obedece a ordem da realização das entrevistas. A letra B visa identificá-los como beneficiados do Programa Bolsa Família.

Composição e Situação Sócio-Econômica do Grupo Familiar

O **Grupo Familiar B 1** é composto por 4 pessoas, a entrevistada e 3 filhos, 12, 3 e 2 anos que ficam na creche. O ex-marido não mora com eles, mas estava na casa no momento da entrevista. A entrevistada fica em casa no período da manhã enquanto seu filho mais velho vai para escola. No período da tarde, o garoto cuida da criança mais nova, a outra vai para escola enquanto a entrevistada vai para o “bico”. A família é sustentada pela entrevistada que trabalha sem registro como costureira, em uma confecção de roupas perto de sua casa, complementa a renda familiar com trabalho informal de manicure, atendendo a domicilio e tem renda de R\$ 500,00 por mês. Estudou até a sétima série e a dificuldade para arrumar emprego é por não ter com quem deixar os filhos. Mora em uma casa própria com os filhos.

O **Grupo Familiar B 2** é composto por quatro pessoas, a entrevistada, marido dois filhos, 2 e 5 anos. Tem como renda o trabalho do casal – ela na cozinha de uma escola pública e o marido trabalha pedreiro. A renda familiar é por volta de R\$ 615,00. A entrevistada revela que a renda do marido varia muito e acredita que tem dificuldade em arrumar emprego pela falta de estudo. Estudou até a sétima série, o marido é analfabeto, as crianças estão estudando em escola pública. Moram de aluguel.

O **Grupo Familiar B 3** é composto por sete pessoas, a entrevistada, cinco filhos e sua mãe. A renda provém do trabalho da entrevistada, contratada por uma empresa que fornece merenda escolar nas escolas públicas de São Paulo, e da pensão recebida pela mãe. Recebe R\$ 415,00 e

com a pensão da mãe recebem R\$ 850,00. Não paga aluguel porque mora com a mãe. Os filhos estão matriculados em creche e escolas públicas.

O **Grupo Familiar B 4** é composto por 4 pessoas, sendo a entrevistada com seus 2 filhos, 11 e 13 anos, e seu irmão. A entrevistada é diarista e não possui emprego registrado. Seu irmão tem emprego informal e colabora também com a cesta. A renda do grupo gira em torno de R\$ 1.200,00, porém a maior parte da remuneração do irmão é gasta em bebidas alcoólicas. Estudou até a quinta série, o irmão é analfabeto funcional, os filhos estão no ensino fundamental, o grupo mora em casa própria.

O **Grupo Familiar B 5** é composto por 5 pessoas, sendo a entrevistada, três filhos e o marido. O marido atualmente está preso. A renda provém do trabalho da entrevistada, revelou que aguarda o julgamento do marido.. *“se ele for condenado aí eu entro com um auxílio reclusão, né”*. A renda média mensal varia de R\$ 600,00 a R\$ 800,00, *“o salário normal tá quatrocentos e sete, só que eu trabalho a noite, então eu recebo adicional noturno”*. Revela nunca ter tido dificuldade em ser contratada, embora tenha estudado até a sexta série, transfere a Deus todo esse mérito. Os filhos estão estudando em escola pública. Moram em cima da casa da sogra que construiu graças ao dinheiro conseguido da desapropriação de um terreno invadido da prefeitura.

O **Grupo Familiar B 6** é composto por 5 pessoas, a entrevistada e quatro filhos com 13, 17, 23 e 24 anos. Costura em uma oficina têxtil, o marido esta trabalhando em uma empresa de logística, todos os filhos estão desempregados. As rendas provêm do trabalho do casal totalizando R\$ 1.407,00. O motivo pelo qual os filhos estão desempregados é a falta de oferta de emprego, falta de estudos e a dificuldade para financiar o ensino superior da filha mais velha. Todos moram com o casal em uma casa própria.

O **Grupo Familiar B 7** é composto por 8 pessoas, a entrevistada, cinco filhos com, , 8 meses, 7, 9 e 11 anos de idade e o marido. Dois filhos do primeiro casamento, 2 filhos do segundo casamento e o quinto do último. Divorciou duas vezes, hoje mora com o companheiro, e cinco filhos, a renda do grupo provem do trabalho informal – doméstica e recebe R\$ 400,00. O marido está desempregado. Sustenta a casa com a renda de doméstica e o Programa Bolsa Família. Diz que a falta de estudo ocasiona a dificuldade para arrumar emprego; os filhos estão estudando. Moram em barraco invadido, com precárias condições de moradia.

Dados comparativos entre o empreendimento social assistencialista e sustentável e suas relações com a exclusão social

Esta etapa do trabalho analisa os dados colhidos por meio de dois formulários aplicados ao término das entrevistas, junto aos participantes da pesquisa, beneficiários do programa Bolsa Família (assistencialista) e integrantes do Projeto Arrastão (sustentabilidade). O primeiro formulário traz itens que podem estar relacionados com o aumento ou a redução da exclusão social. Para esta pesquisa, a exclusão social foi associada à miséria, ao desemprego, ao subemprego, à carência oriunda de educação deficitária e, por fim, à falta de acesso de uma parcela da população aos bens comuns à maioria das pessoas. Esses dados foram considerados desta forma tendo em vista a dificuldade de encontrar, na literatura pesquisada, uma definição científica para o termo. O outro formulário traz as características que podem estar relacionadas com o conceito de sustentabilidade e/ ou assistencialismo. Esses recursos utilizados visaram manter, dentro do possível, uma uniformidade na compreensão dos conceitos ora estudados. Mesmo assim, vale ressaltar que os resultados podem sugerir diferentes interpretações por parte dos entrevistados em função do nível de escolaridade e entendimento dos mesmos acerca dos questionamentos realizados. Esta etapa visou buscar a compreensão das similaridades e diferenças existentes entre os empreendimentos, objetos de estudo dessa pesquisa.

Exclusão Social - Os participantes da pesquisa apontaram, conforme a Figura 1, suas opiniões quanto aos itens relacionados com o aumento da exclusão social e na Figura 2, aqueles que propiciam a redução da exclusão social.

Figura 1: Aumento da Exclusão Social

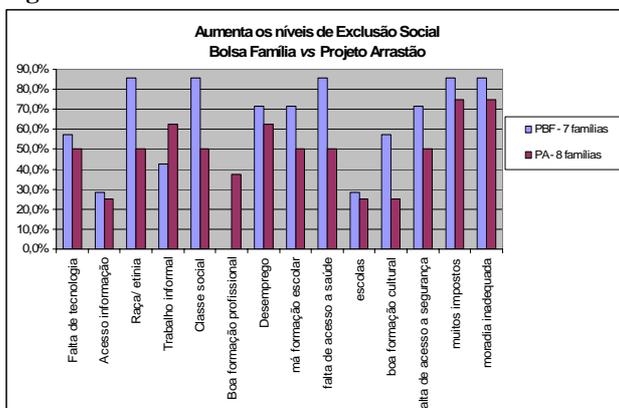
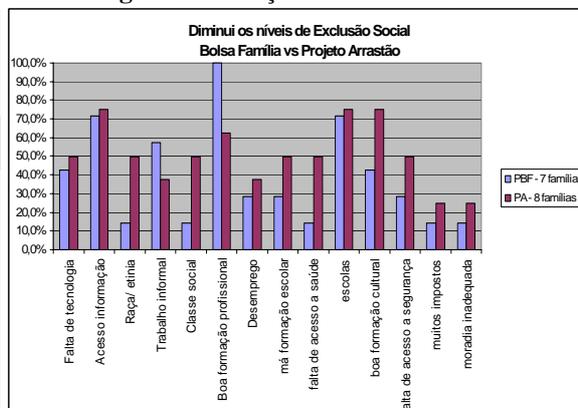


Figura 2: Redução da Exclusão Social



Fonte: Dados da pesquisa

As famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família – (PBF), modelo de empreendimento social assistencialista, associam questões relacionadas à raça/etnia, classes sociais, falta de acesso à saúde, excesso de impostos e moradias inadequadas como os principais fatores que ocasionariam aumento dos níveis de exclusão social, como observado na Figura 1. Em contrapartida, acreditam que uma boa formação profissional seja o principal fator para a redução desses níveis, seguido de acesso à informação e às escolas, observados na Figura 2. As famílias participantes do Projeto Arrastão – (PA), modelo de empreendimento sustentável, pontuam que trabalhos informais e desemprego são as categorias que mais favoreceriam o aumento dos níveis de exclusão social, enquanto o acesso a informação, às escolas e uma boa formação cultural são que mais favoreceriam a redução desses níveis.

Apesar de Oliveira (1997) constar em sua pesquisa que a questão de etnias e raças não deveria ser relacionada à exclusão social, mas sim a grupos de minorias, percebe-se, sobretudo no grupo dos assistidos pelo PBF, dados que indicam uma percepção de exclusão relacionada ao fato. Também a questão dos impostos, apesar de não ter sido evidenciado um abordagem pelos autores estudados, foi tratado como item de favorecimento à exclusão social, por ambos os grupos. Outro dado relevante está no fato de 100% dos entrevistados, também do grupo assistido pelo PBF, creditar à boa formação profissional grande parte da responsabilidade da redução dos níveis de exclusão social, o que pode indicar uma real necessidade desses grupos em obter este tipo de formação. O Quadro 1 apresenta os itens questionados às famílias e suas relações com os principais autores abordados na pesquisa.

Quadro 1: Relação de itens de Exclusão Social por autor

ITENS DE EXCLUSÃO	OLIVEIRA (1997)	RIBEIRO (1999)	MARTINS (1997)	SANTOS (2001)
Falta de tecnologia				x
Acesso informação	x	x	x	x
Raça/etnia	x			
Trabalho informal	x	x	x	
Classe social	x			
Boa formação profissional	x	x	x	x
Desemprego	x	x	x	x
Má formação escolar	x	x	x	x
Falta de acesso a saúde			x	
Escolas	x	x	x	x
Boa formação cultural	x		x	x
Falta de acesso a segurança	x		x	
Muitos impostos				
Moradia inadequada	x		x	

Fonte: Dados da pesquisa

Empreendimentos sociais assistencialista e sustentável

Os participantes da pesquisa apontaram, conforme a Figura 3, suas opiniões quanto às características relacionadas ao assistencialismo e na Figura 4, aquelas relacionadas à sustentabilidade.

Figura 3: Assistencialismo

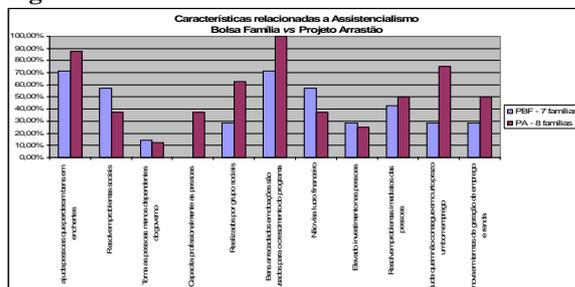
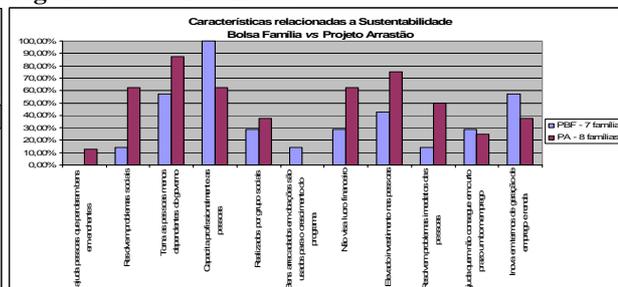


Figura 4: Sustentabilidade

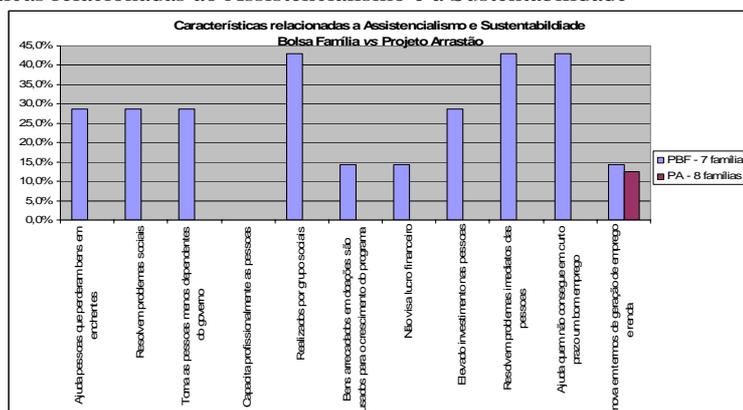


Fonte: Dados da pesquisa

As famílias assistidas pelo PBF relacionam o Assistencialismo com o auxílio direto às pessoas que perderam bens em enchentes logo ao lado de bens que, arrecadados, serviriam para o crescimento do programa. O resultado das famílias assistidas pelo PA é similar, no entanto, foi creditado prioritariamente aos bens que, arrecadados, serviriam para o crescimento do próprio projeto, seguido da doação de bens às pessoas que perderam bens em enchentes. Ressalta-se que essas frases foram elaboradas visando facilitar a relação da ação ao modelo de programa.

As famílias assistidas pelo PBF acreditam estar relacionadas à sustentabilidade, sobretudo, a questão da capacitação profissional, acompanhada do fato de tornar às pessoas menos dependentes do Governo e da inovação em termos de geração de emprego e renda. Por outro lado, para as famílias participantes do PA, em primeiro lugar, acreditam que tornar as pessoas menos dependentes do governo seja a principal característica de sustentabilidade, acompanhado do alto investimento nas pessoas e da resolução de problemas sociais.

Figura 5: Características relacionadas ao Assistencialismo e à Sustentabilidade



Fonte: Dados da pesquisa

As famílias foram questionadas ainda se haveria alguma característica que, para elas, seria comum entre assistencialismo e sustentabilidade. As famílias assistidas pelo PBF acreditam ser essas características, demonstradas na Figura 5, aquelas necessárias para resolver problema imediato das pessoas e ajudar quem, em curto prazo, não conseguiria um bom emprego. As famílias participantes do PA acreditam ser a inovação em termos de geração de emprego e renda a única característica comum entre os modelos de empreendimento.

No Quadro 2, a seguir, foram realizados cruzamentos entre os principais autores e as características abordadas nas pesquisas sobre assistencialismo e sustentabilidade.

Quadro 2: Características dos empreendimentos sociais assistencialista e sustentável

Características Empreendimento Social Assistencialista e Sustentável	EMPREENDEDORISMO SOCIAL				ASSISTENCIALISMO				SUSTENTABILIDADE					
	HUDSON	OLIVEIRA	FERREIRA	MELO NETO & FROES	HIGA	PASSARINHO	BOVO	WAIHRICH	KANTZ	JACOBS	GUIMARÃES	KISIL	PUNTNAM	FURTADO
Ajuda pessoas que perderam bens em enchentes (criado com uma função imediatista)					X			X	X					
Resolvem problemas sociais	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
Torna as pessoas menos dependentes do governo		X											X	
Capacita profissionalmente as pessoas		X		X						X		X		X
Realizados por grupo sociais		X		X						X		X		X
Bens arrecadados em doações são usados para o crescimento do programa		X		X					X					
Não visa lucro financeiro		X		X		X				X		X	X	X
Elevado investimento nas pessoas		X		X					X	X		X	X	X
Resolvem problemas imediatos das pessoas					X			X	X					
Ajuda quem não consegue em curto prazo um bom emprego					X		X	X	X					
Inova em termos de geração de emprego e renda		X		X			X			X	X	X	X	X

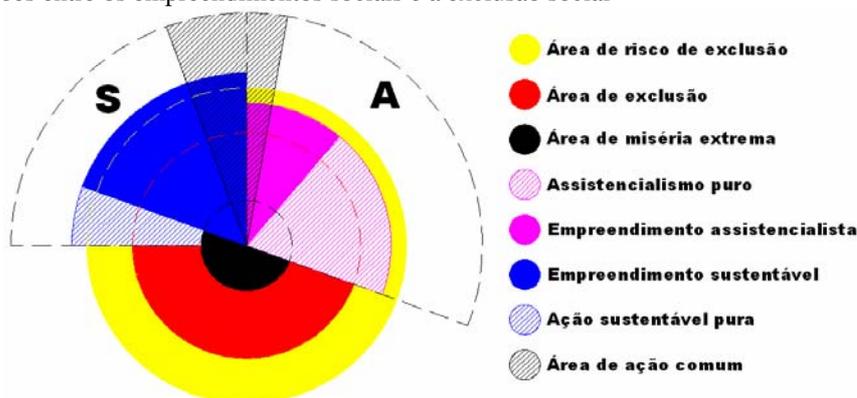
Fonte: Dados da pesquisa

No Quadro 2, percebem-se, sobretudo, relações entre a solução de problemas sociais, o empreendedorismo social, o assistencialismo e a sustentabilidade. Notam-se, também, relações entre empreendedorismo social e sustentabilidade na questão de inovação em termos de geração de emprego e renda, assim como no elevado investimento nas pessoas. A existência de relações entre empreendedorismo social e assistencialismo é menor do que com a sustentabilidade, pois o primeiro estaria ligado a questões imediatas como meio de ações corretivas para sanar problemas sociais, ao passo que a sustentabilidade estaria mais relacionada com a formação das pessoas e mais preventivo, uma vez que a formação resulta em benefícios de médio/ longo prazo.

Conclusão

Este trabalho teve por objetivo identificar as similaridades e especificidades entre modelos distintos de empreendimentos sociais, a saber, o assistencialista e o sustentável, e a descoberta de possíveis relações entre esses modelos e a redução da exclusão social. No que tange ao problema principal de pesquisa, que era identificar essas relações, o trabalho foi capaz de identificar essas interatividades entre os modelos, conforme observa-se na Figura 6 a seguir:

Figura 6: Relações entre os empreendimentos sociais e a exclusão social



Fonte: Dados da Pesquisa

Especificidades do modelo de empreendimento social sustentável

- Público alvo são pessoas e grupos familiares que vivem em situação de risco social;
- Atua na formação profissional, educacional e cultural das pessoas e grupos familiares;
- Tem caráter preventivo na solução dos problemas sociais;
- Bens adquiridos pelos beneficiados são, normalmente, intangíveis;
- Inova em termos de geração de emprego e renda;
- Trabalha na conscientização dos beneficiados levando-os ao não-comodismo;

- Atua de forma dinâmica na solução dos problemas locais;
- Critério de participação definido e respectivo controle são relativamente suficientes para evitar participação de pessoas e grupos não contemplados pelos mesmos;
- Trabalha de forma local e suas ações são pouco abrangentes e conhecidas fora de sua área de atuação.

Especificidades do modelo de empreendimento social assistencialista

- Público alvo são pessoas que vivem em situação de pobreza e de miséria extrema;
- Fornece bem tangível (dinheiro) direto aos beneficiados;
- Tem caráter corretivo na solução dos problemas sociais;
- Atua de forma estática na solução de problemas de grande abrangência;
- Critérios de participação definidos e respectivos controles mostraram-se insuficientes para conter a participação de pessoas e grupos não contemplados nos mesmos;
- Trabalha em todo território nacional com ações de grande abrangência, bastante conhecidas pelas pessoas.

Similaridades entre os modelos: assistencialista e sustentável

- Buscam a solução de problemas sociais; Não têm finalidade lucrativa; Atuam em grupos em risco social, em estado de exclusão e em estado de miséria;

Considerações Finais

A contribuição que este estudo pretende fornecer aos formuladores de políticas sociais e estudiosos são estes elementos objetivos e científicos levantados para facilitar a análise desses modelos de empreendimentos sociais e suas relações com a exclusão social. Há, mesmo na teoria estudada, uma notável inclinação ao privilégio de empreendimentos sociais sustentáveis em detrimento do assistencialista. No entanto, a sociedade brasileira hodierna necessita de ambos, pois atuam de forma diferente em níveis diferentes do mesmo problema. Evidente que, no caso de empreendimentos sociais assistencialistas, os controles e fiscalizações deveriam ser mais estreitos. A fundamentação teórica estudada comprovou-se em parte. Oliveira (1997) pretendeu classificar questões étnicas e raciais como “minorias”, no entanto, no grupo estudado, sobretudo às famílias assistidas pelo PBF, foi criada uma relação causal entre a exclusão social e questões de etnia e racial. A possível relação entre a alta carga tributária e a exclusão social também foi levantada e comprovou-se, por meio dos grupos analisados, haver alguma relação entre esta e a exclusão social. Na medida em que os estudos foram progredindo, ficou claro que um modelo de empreendimento não deve substituir outro, mas devem ser complementares para favorecer de forma mais expressiva a redução dos níveis de exclusão social, agindo muitas vezes em públicos diferentes de formas peculiares a cada empreendimento. Entretanto, depreendeu-se que o Estado é pouco competente para gerir um Empreendimento Social Assistencialista da amplitude do PBF. Sua finalidade não está sendo integralmente cumprida, conforme evidenciado na análise. Apesar da restrição da análise aos grupos pesquisados, que pertencem a uma região específica do país, acredita-se na possibilidade que os resultados se comprovem em outras regiões não pesquisadas, dado a incidência de casos fora do padrão estabelecido. Embora evidenciada a falta de aptidão do Estado para gerir o PBF, dado que pessoas fora dos parâmetros beneficiários participam também do programa, foi evidenciado que a renda, no grupo considerado, é recebida por pessoas em situação de risco social. Outrossim, essa colabora, embora de forma bastante singela, na manutenção de suas necessidades básicas de saúde e educação, manutenção diversa do lar, utilizando o dinheiro para a melhoria das condições de vida, contribuindo para a redução da exclusão social. Outra evidência relevante está no fato das pessoas atendidas pelo PBF desconhecerem quase que integralmente a existência de projetos sociais sustentáveis. Evidenciou-se na pesquisa que estas famílias vivem um estado de alienação política e social mais intenso do que as outras famílias. Demonstaram-se reféns de uma situação de onde não poderiam sair senão com alguma forma de auxílio público o que pode

intensificar a questão de dependência mencionada pelos entrevistados do empreendimento social sustentável. Contrastando essa realidade das famílias beneficiadas por empreendimento assistencialista, evidenciou-se no empreendimento sustentável que seus participantes, ao contrário do anterior, são instruídos acerca de sua auto-sustentação, estimulando ações empreendedoras dos mesmos e até a abertura de empresas cooperativas. Na prática, como observou-se a necessidade de ambos os modelos para suprir necessidades diversas, poderiam ser formulados modelos híbridos de empreendimento que satisfariam duas ou mais necessidades de forma simultânea, por exemplo, um empreendimento que instrísse moradores de favelas de periferias munindo-os de técnicas de construção civil. Ao passo que o beneficiado aprendesse as técnicas construiria sua própria residência. Outro exemplo seria ensinar pessoas carentes de alimentos sobre as técnicas da plantação ou micro cultivo.

Em suma, as ações e empreendimentos dos homens, sejam assistenciais ou sustentáveis, colaboram de certa forma com a construção de uma realidade mais favorável. O crescimento do número de ações empreendedoras sociais representa o esforço da sociedade em resolver um problema criado e mantido por ela mesma. Espera-se que, com a evolução dessas ações, a exemplo do empreendimento social sustentável estudado nesta pesquisa, possa a exclusão social alcançar níveis mais aceitáveis (se é que isso é possível) de forma que se conviva em uma comunidade global mais fraterna e justa.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Ed. Lisboa, 1977.

BOVO, C. R. **Só Assistencialismo não adianta.**

www.metodista.br/cidadania/numero-40/so-assistencialismo-nao-adianta. Acesso em: 15/10/07

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%c3%a7ao.htm> Acesso em: 10 jun. 2008.

BRESSER, L. C. P. Do Estado patrimonial do gerencial. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. **Brasil: um século de transformações.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

CALDEIRA, F. Exclusão Social: uma aventura teórica pela busca de um conceito In: VI Semana de Geografia, 2005, Presidente Prudente. **A Geografia e os Paradigmas do Século XXI.**, 2005.

DRAYTON, B. Everyone a Changemaker: Social Entrepreneurship Ultimate Goal - Innovations MIT Press - Harvard University and George Mason University. 2006.

FERREIRA, S. Empreendedorismo Social, profissionalização e emprego In: A ECONOMIA SOCIAL E A PROMOÇÃO DO EMPREGO, 2006. Lisboa, Portugal. **Anais do resumo dos trabalhos.** Disponível em: <<http://www4.fe.vc.pt/cec/oeffpsilviaferreira.pdf>> Acesso em: 22 set. 2007.

FORTES, M. Desenvolvimento e meio ambiente: a visão empresarial. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis et al. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1992.

FURTADO, C. O longo Amanhecer, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

GUIMARÃES, R. P. O novo padrão de desenvolvimento para o Brasil: inter-relação do desenvolvimento industrial e agrícola com o meio ambiente. In: VELLOSO, J. P. Reis et al. **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1992.

HIGA, F. **Responsabilidade social não é assistencialismo.** 2006.

Disponível em: <http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=5418>. Acessado em: 17 out. 2007.

HUDSON, M. Administrando Organizações do Terceiro Setor: o Desafio de Administrar sem Receita. São Paulo: Makron Books. 1999.

JACOBS, J.. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E. et. al. (orgs.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2002.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo Social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p. 49-61, 1997.

PUTNAM, R. D. “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”, Editora FGV, Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, M. **Exclusão: problematização o conceito**. São Paulo, v. 25, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n1/v25n1a04.pdf>> Acesso em: 06 Out. 2007.

SANTOS, B. S. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, T. S. “Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital”. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 170-198, 2001.

WAIHRICH, R.S. Geração de emprego x assistencialismo. Um pequeno passeio sobre o Direito Constitucional. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, n. 61, jan. 2003. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3621>. Acesso em: 15 out. 2007.